

FOLHETO

Nº 183/ex. 3.

DATA 21/11/02

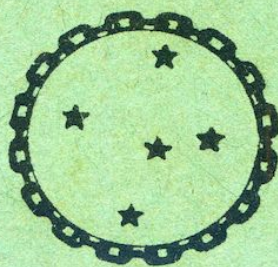
RESERVADO

I.04.59

202

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

AMAZÔNIA: CONCEITO, SUA
EVOLUÇÃO HISTÓRICA

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

1959

FOLHETO
n.º 183
DATA 27/11/02

AMAZÔNIA: CONCEITO, SUA EVOLUÇÃO

HISTÓRICA

Comecemos por uma afirmação: - não há uma Amazônia. Conseqüentemente, não haverá um conceito de Amazônia. E não será, assim, possível definir a Amazônia como um todo homogêneo, harmônico, global.

Quando pensamos em Amazônia, logo ela se reflete como o trecho do espaço físico brasileiro marcado profundamente pelas águas da gigantesca bacia amazônica e coberto por uma floresta de alto porte, de coloração verde-forte, de continuidade e heterogeneidade impressionantes. Região de alta pluviosidade, clima quente e úmido, economia predatória, solo pobre, população escassa, de baixo padrão de vida, espalhada à margem da calha central do rio principal e seus tributários maiores e menores e vivendo sob o perigo constante de endemias que seriam uma explicação para o problema quantitativo de população, população, enfim, que, na maioria vinda do Nordeste, teria operado a sua conquista numa aventura cheia de bravura.

Evidentemente estamos frente a uma generalização. Porque êsse trecho da base física do Brasil não apresenta a unidade constante daquelas características por que a imaginamos. Nem toda a Amazônia é só floresta, nem essa floresta é sempre de verde-forte, é permanentemente úmida e freqüentada pela pluviosidade mais intensa. Nem toda a Amazônia é fruto da economia predatória sobre a floresta, nem, tampouco, a sua população está toda dispersa, sem a constância das aglomerações mais ou menos densas. Também a Amazônia não é apenas uma parte integrante do território brasileiro, nem é o fruto exclusivo da ação dos bravos sertanejos nordestinos que a tivessem ocupado, na façanha que Euclides imortalizou em páginas fulgurantes de "A Margem da História" e "Contrastes e Confrontos".

A Amazônia, no conceito clássico, é aquela que conformamos em nossa imaginação, trabalhada pelo sensacionalismo de viajantes e de uma literatura exótica, infiel, no civa, que a criou sem qualquer obediência ao real. Mas há outras Amazônias, inclusive uma mais nova, elaborada no texto legal, constante do diploma legislativo nº 1906, de 6 de janeiro de 1953. Exemplifiquemos. As ilhas do arquipélago do Marajó, essa ilha em particular, é zona de floresta e de campo; é zona de umidade e de seca, seca tão violenta como as que matam o gado do Nordeste e provocam os êxodos populacionais.

Nos territórios do Rio Branco e Amapá, a floresta não predomina. No Rio Branco, ao contrário, o que é positivo, marcante, característico é o campo. Entre Manaus e a margem esquerda do rio Branco, a floresta que principia frondosa, espessa, quase impenetrável, perde altura, espessura. A coloração verde-forte esmaece, o ar dominador entra em colapso. No Baixo Amazonas, a terra planiciária sofre interrupções com o aparecimento de elevações, como também na fronteira com a Venezuela e com a Guiana Holandesa. Agora mesmo, com o rasgamento da estrada Belém - Brasília, encontraram-se, aqui e ali, elevações que contrariam ou desmentem a tese de uma planície harmônica. No tocante à bacia, é de registrar que os tributários do Amazonas não são todos navegáveis - interrompidos por corredeiras ou diminuição da profundidade do leito -; é o caso do Tocantins, do Tapajós, do Madeira, do Negro, do Branco, do Japurá, do Purus, do Jari, do Trombetas, do Nhamundá; é o caso do Purus-Acre e do Juruá, no que é o Território do Acre, onde as embarcações fluviais, durante meses do ano, não podem singrá-las. E no tocante ao problema de habitabilidade? Espaço tropical, nêle será possível a realização de uma empresa civilizadora em grande estilo?

No decorrer desta palestra, teremos oportunidade de fixar as reservas aos demais elementos da caracterização clássica. E então, hão de concordar que uma definição de Amazônia parece muito difícil, talvez impossível de obter-se a rigor. Porque, evidentemente, não há apenas uma Amazônia, mas várias.

Queremos referir, porém, desde logo que o assunto não é novo. Em monografia que escreveu por determina-

ção nossa quando à frente da SPVEA, e posteriormente ampliada para o INPA, agora por solicitação que lhe fizemos, o professor Eudorfe Moreira tentou responder à indagação - como conceituar a Amazônia? Escreveu êle: "A Amazônia não é, contudo, uma região fácil de definir ou de delimitar, a começar pela plurivalência do sentido do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica com uma província botânica, um conjunto político, como um espaço econômico."

E para melhor esclarecer o seu pensamento, examinou o que poderíamos chamar de conceitos hidrográfico, fitogeográfico, zoogeográfico, político e econômico, cada um tendo por eixo o aspecto ponderante a que buscou o nome. Assim, sob o critério hidrográfico, a Amazônia teria de ser a região inundada pelas águas do rio Amazonas e sua infinita rede de afluentes, subafluentes, igarapés, paranás, furos, lagos. Ficariam, dêsse modo, excluídos os trechos do Amazonas, onde um certo número de cursos d'água, que se lançam no Atlântico, nenhuma ligação têm com os rios da bacia amazônica.

Pelo critério botânico ou fitogeográfico, os trechos onde não ~~corresponde~~ a cobertura florestal estavam fora do mundo amazônico - como sejam os campos do Rio Branco, que possivelmente alcançam a costa, no Amapá, numa continuidade só aqui e ali interrompida pela presença das ilhas de floresta tropical. No Marajó, ainda para exemplificar, além da área de vegetação corpulenta, há um amplo espaço de campo, onde se faz o criatório, o maior criatório do extremo norte do Brasil.

O conceito zoogeográfico possui, de seu lado, uma significação ainda mais pobre. Porque, para contá-lo seria necessário que certas espécies da fauna constituíssem núcleo ponderável. Seja as das espécies que se escondem na floresta, seja as que se encontram nas águas dos rios. A presença dos peixes e dos animais de pequeno porte, que podemos caçar para o negócio dos couros e peles, não é homogênea quanto à sua distribuição. Nem todos os rios são piscosos, como nem nos piscosos existem espécies iguais. As áreas do peixe-boi, do pirarucu, das tartarugas, das pescadas, dos tambaquis são distintas. Em algumas províncias da Amazônia, certos peixes são conhecidos das respectivas populações por ouvir dizer e não pela sua uti

lização. Ainda recentemente, um grupo de batedores do 27 Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, pretendeu proceder ao reconhecimento da zona entre Manacapuru e Manaus para efeito de operação experimental de guerra na selva. O INPA proporcionou um botânico para acompanhar o grupo. A viagem, por terra, fêz-se em mais de uma semana. Nenhum espécimen de fauna foi encontrado. Nenhuma criatura humana. Como nenhuma fruta e nenhum veio de água.

Se formos ao critério político, temos de enfrentar o problema das soberanias - porque o que chamamos de Amazônia não pertence unicamente ao patrimônio do Brasil. É também parte integrante da Bolívia, do Peru, do Equador, da Colômbia e da Venezuela. Se nos fixarmos apenas no que pertence ao Brasil, temos de atentar para o caso particular da divisão administrativa do país. Que estados compreenderão a Amazônia Brasileira? Esses Estados serão integralmente amazônicos ou apenas parcialmente? A lei 1806, de janeiro de 1953, disciplinando o dispositivo constitucional referente à valorização regional, determina que Amazônia será, para os efeitos da execução do diploma, "a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo de 16°, a do Estado de Goiás ao norte do paralelo de 13° e a do Maranhão ao norte do meridiano de 44°".

Como vemos, o critério político-legislativo está riscado com uma autonomia verdadeiramente surpreendente.

Em face do que aqui expusemos, a que conclusão chegar? Qual o critério preferível? Como conceituar a Amazônia? Há, realmente, uma só Amazônia?

II - A Amazônia começa, nas páginas da História, como campo de conflito entre os povos europeus que, na empresa dos descobrimentos geográficos e formação de impérios coloniais, tentaram possuí-la para explorá-la na fatura de suas espécies florestais. Assim, espanhóis, ingleses, holandeses, franceses e por fim portugueses, terçando armas, disputaram-na numa teimosa demonstração de cubice ilimitada. Os espanhóis, é certo, tiveram as

honras da revelação.

Nenhuma outra região das Américas foi, como a Amazônia, revelada de uma só vez, numa façanha que a propôs na maior extensão da bacia hidrográfica que as distingue. Francisco de Orelana, vindo do Pacífico, entre 1539 e 1541, e Pedro de Ursua e Lope de Aguirre, entre 1559 e 1561, desceram o rio atingindo o Atlântico, num contacto demorado, audacioso e de certo modo penetrante com a região, a cujos aspectos mais visíveis puderam atentar para identificação imediatista que lhes permitiu, e ao cronista da primeira viagem, padre Gaspar do Carvajal, relato vivo, capaz de provocar, como provocou, o interesse europeu. Todas as outras regiões do Novo Mundo foram sendo identificadas trecho a trecho. Apenas na Amazônia, essa identificação se fez, no sentido este-oeste, numa extensão tão ampla que autorizou uma visão global, raiz, certamente, de quanta afirmação sensacionalista foi sendo escrita, distante da realidade que só mais tarde foi apurada.

Os espanhóis não se detiveram, porém, na empresa de ocupação da Amazônia. Os Andes, o desestímulo decorrente da não identificação de riquezas do tipo daquelas que se encontravam no México e no Peru constituíam razões de peso a explicar essa ausência.

Os franceses, a êsse tempo, frequentavam as imediações do delta. Fácil lhes foi, por isso, penetrá-lo, aprofundando o conhecimento. Subindo o Tocantins, asseguraram-se um conhecimento mais extenso, que lhes haveria de assegurar, em futuro próximo, a ampliação daquela base física, que estariam criando com a posse do Maranhão.

Os acontecimentos de São Luís não permitiram a execução do programa imperial.

Os ingleses e os holandeses, organizados em pequenas companhias de comércio, com sede em Londres e em Fleissingué, tiveram mais êxito alcançando a costa do Macapá e, viajando pela zona dos estreitos até cercanias do Tapajós, mantiveram feitorias e posições fortificadas. Em comércio ativo com os grupos Tupinambá, assumiram o controle da região. Plantaram tabaco e cana. Fabricaram

açúcar. Exportaram peixes salgados, urucu e outras espécies vegetais, já em consumo na Europa.

Em 1616, todavia, chegaram os portugueses, que encerraram a façanha da conquista do litoral Norte e da chamada costa Leste-Oeste. Inglêses e holandeses, dispostos a ficar, reagiram. Até 1647, os choques militares entre os que disputavam a Amazônia ocorreram com maior ou menor impetuosidade. Venceram os luso-brasileiros. Dos estabelecimentos armados restou apenas o reduto do Guarápá, que foi fortificado e durante algum tempo serviu de cabeça-de-ponte para a expansão pelas águas acima do Amazonas. O núcleo militar do Presépio, como mais tarde o de São José do Rio Negro, aquêles origem da cidade de Belém e êste de Manaus, assegurando o domínio de Portugal na boca da bacia e no alto-sertão, permitiram a penetração continuada, incessante e veloz, que sertanistas, missionários e tropas de guerra realizaram. Alcançou-se o Oiapoque; ligou-se, pelo Tocantins, pelo Tapajoz e pelo Madeira, a Amazônia ao Brasil Central. Alcançou-se o alto Rio Negro, passando-se ao Orenoco pelo Cassiquari, descobrimento dos mestiços que operavam o deslocamento da fronteira e a coleta de especiaria regional. Subindo o Amazonas, então denominado de "estrada real" Pedro Teixeira alcançou Quito, no Equador, e na região fixou a fronteira entre o Napo e o Aguarico.

Em menos de oitenta anos, a Amazônia portuguesa possuía a imensa base física que só em fins do século XIX seria alterada com o Acre.

Tôda essa façanha processara-se com um empreendimento de Estado, como conquista espiritual e aventura econômica. Esta, em face da multiplicidade de espécimens florestais com que Portugal imaginou compensar-se da crise que estava sofrendo com a perda das possessões no Oriente. As "drogas do sertão", denominação que receberam aquêles espécimens florestais, pareceram um sucedâneo à especiaria asiática, de cujo monopólio a velha potência peninsular não dispunha mais. A procura das "drogas", identificadas pelo indígena local, que guiou as embarcações, trabalhou nos serviços domésticos e no do governo, pertenceu às forças armadas, embarcadas ou de terra, provocou uma corrida ao interior.

A conquista espiritual, a cargo de seis Ordens Religiosas, a Companhia de Jesus, os Carmelitas, os Franciscanos de Santo Antônio, os Mercedários, os Frades da Piedade, os Capuchos da Conceição da Beira e Minho, permitiu a participação da multidão primitiva, coordenada nos aldeamentos e em novos sistemas de vida sob orientação dos missionários.

O propósito oficial de domínio expressou-se na organização de um poder público rico em instituições, inclusive aquelas militares - uma vasta rede de fortificações e uma flotilha que policiou os rios interiores, a costa, e serviu à façanha de conquista, necessária e útil, da Guiana Francesa, em 1808. Mais - na série de providências decretadas de Lisboa, visando à manutenção do mundo amazônico sob soberania portuguesa, seja pela ação militar, seja pela ocupação permanente através de núcleos urbanos, sítios de lavoura, fazendas de criar, imigração disciplinada, construção de uma cidade como Belém, onde se levantaram edifícios públicos e templos de alto porte arquitetônico que permitiram, inclusive, a notícia de que a Corte pretendia transladar-se para a cidade-capital, em momento de conflito com a Espanha.

III - As dificuldades de comunicação com o governo sediado na Bahia, as condições especialíssimas que a desligaram do quadro fisiográfico das demais partes do Brasil nascente, a conveniência de criar uma área de fixação no projeto de ampliação da base territorial brasileira, levaram à providência de conceder à região uma autonomia política, que só no período joanino foi encerrado. Criou-se, então, no ano de 1621, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com capital não em Belém, mas em São Luís. Esse Estado viveria pela política que se decretaria de Lisboa, sem subordinação de qualquer espécie ao Estado do Brasil. Cresceu, assim, o extremo norte, cresceu em extensão territorial, em população, em campo de atividade econômica, como uma parte singularmente destacada do Brasil. O governo próprio que possuía teve caráter civil e caráter militar, essenciais à empresa de sua consolidação, e mesmo no particular de vida espiritual possuía autonomia - Bispado do Maranhão, Bispado no Pará, Ordens Religiosas, inclusive a Companhia de Jesus, que caminhavam e realizavam-se independentemente, isto é, também sem subordinação às autoridades

des eclesiásticas do Estado do Brasil -; governo civil e militar porque a região possuía uma fronteira ampla, a maior da colônia sul-americana, fronteira que ia sendo elaborada em menosprezo aos títulos que a Espanha sustentava, sobre espaço que, realmente, se vigente o Tratado de Tordesilhas, estaria sujeito à soberania daquela potência. Não seria possível, é claro, efetuar qualquer operação governamental sem ter presente aquelas condições. E dela resultava não só a conveniência de manter a maior atenção em torno aos perigos que poderiam surgir, e eles surgiram, realmente, mais de uma vez, como a necessidade de adotar essa política de segurança, que não era apenas militar porque deveria repousar na preparação de condições existenciais permanentes, seguras e ativas.

As autoridades metropolitanas, conscientes do quadro a que era preciso atentar, não lhe fugiram à proposição nem ignoraram as soluções pragmáticas. Foram, nesse particular, profundamente objetivas. Não se lhes pode acusar de terem pôsto em execução programas em conflitos com a realidade ambiente. Cedo, apercebendo-se que o novo meio político exigia medidas especiais, praticaram-nas com coragem, com decisão e ímpeto. Toda uma série de atos foram sendo baixados de Lisboa, depois do exame refletido do Conselho Ultramarino e do pronunciamento dos Governantes regionais, que falavam a linguagem da experiência, alcançada dia a dia no trato da coisa pública e da terra diferente.

Esse corpo de leis, compondo uma política de Estado, que não sofreu alterações ponderáveis, importou numa primeira tentativa de empossamento da região através de ação coordenada e não como aventura desordenada. Sob o Consulado do Marquês de Pombal, um vasto planejamento foi ordenado. Consta das instruções baixadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que deveria promover os primeiros grandes esforços de valorização, que incluiu o povoamento com casais de ilhéus, como ocorreu no Rio Grande, e a fundação de núcleos urbanos, a intensificação da agricultura, a defesa da produção florestal e animal, a reorganização do sistema de trabalho, a intensificação do comércio de exportação, a integração de uma nova sociedade com a participação da multidão indígena, chamada a participar da direção dos negócios locais, nas câmaras

ras municipais. Esse planejamento incipiente, a que não faltou a consciência de que era fundamental a existência dos recursos financeiros indispensáveis, buscados ao capital privado e ao capital do Estado, que se associaram na Companhia do Comércio, não teria sido, é evidente, um planejamento nos moldes por que hoje a concebemos e é em grande parte fruto do progresso tecnológico e da necessidade de apressar soluções. Tal planejamento, se assim considerarmos aquele conjunto de providências englobadas num texto único e posteriormente enriquecido pela decretação de medidas complementares, pode ser disposto no quadro dos planejamentos incipientes do tipo daquele que Colbert estruturava visando à França européia e à França ultramarina. E já em fins do século XVIII, um governante da maior estatura, D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, irmão do futuro Conde de Linhares, ampliava os planos, numa atuação ainda mais realista, entre elas a de proceder à ligação permanente da Amazônia com o Centro-Oeste e o Sul, libertando-a do imperativo das comunicações pela via marítima. O Tocantins, como caminho ideal, foi estudado e, ao longo de seu curso, iniciada a ocupação que garantisse aquela comunicação constante, sem interrupções. Visava, portanto, numa antecipação de concepção, à integração do Brasil na unidade de vínculos econômicos que levariam aos vínculos políticos.

A Amazônia estava na compreensão dos homens de Estado do velho Portugal, exigia cautelas, tratamento especial.

IV - Essa integração ia ser uma realização obtida mais solidamente com a Independência. Os anos que se seguiram ao expirar da dominação portuguesa na Amazônia foram anos de agitação, de insegurança, de guerra civil. Como a própria conquista da Independência, que não se processou como em muitas outras partes do Império nascente. Na Amazônia, os que desejavam a nova soberania tiveram de agir pelas armas. A princípio nas jornadas liberais de imprensa, na conspiração doméstica, que aos poucos foi tomando toda a região, deixando de limitar-se a Belém, para depois passar aos conciliábulos de quartel, com os pronunciamentos de rua. Os líderes da Independência, em ligação com os centros da metrópole brasileira, executaram um trabalho intenso, que resultou na obtenção da liberdade.

A incorporação da Amazônia ao Império, se no momento final ocorreu plácidamente, dando a impressão de arranjo, de entendimento amável, de adesão mesquinha, pois que se fez sem mais um tiro, em hora decisiva, à simples presença, em águas do Guamá, de um barco de guerra, o brigue "Maranhão", expedido pelo Almirante Cochrane, na realidade fôra possível daquela maneira quase suave, porque já se formara ali uma consciência à volta de sua necessidade e conveniência. Toda e qualquer reação seria infrutífera. Os pronunciamentos armados de 14 de abril e de 28 de maio de 1882 era eloquentes como afirmação nacionalista crescente.

As horas posteriores iam mostrar, porém, até que ponto a demora da incorporação e o modo sereno, por que ela se fizera fôra um êrro. É que os elementos ligados aos interesses de Portugal não abandonaram as posições. E para desalojá-los, os partidários da Independência lançaram-se a atos de violências que culminaram com a retirada de várias centenas de comerciantes e proprietários, funcionários e militares portugueses que não quiseram ou não puderam aceitar a nova ordem de coisas. Correu sangue. Municípios do interior levantaram-se, exigindo a entrega do poder unicamente a filhos da Amazônia. Por todo o vale lavrou a insurreição. O governo estabelecido em Belém não dispôs de forças para conter os ânimos. As expedições armadas que expediu para esmagar os grupos que se pronunciavam, contra êle e contra o espírito de pacificação que representava, foram batidos. Com a chegada do primeiro presidente, nomeado pelo Imperador, aquietou o ambiente. E as armas foram depostas. O Primeiro Presidente, conquanto filho de pais portugueses, êle próprio de certo modo inclinado a uma aproximação com as forças econômicas que os portugueses ainda representavam tão expressivamente, era natural da região. Paraense. Bastava, nesse momento, para satisfazer os anseios da multidão agitada.

Era realmente a pacificação dos espíritos? As duas facções em luta, disputando o poder, cederiam nos seus apetites? Cessaria de existir o grupo que sonhava com uma restauração portuguesa? Durante todo o primeiro reinado, as lutas se registraram mais ou menos violentas. Não houve possibilidade de paz. Ninguém cedia. A incom-

preensão era grande, sem limites.

O período regencial não foi menos difícil e improdutivo. Época heróica brasileira, talvez necessária para estruturar em bases mais sólidas os sentimentos de nacionalidade e de unidade pátria, custou um sem-número de vidas e valeu como tremenda experiência política.

Na Amazônia escreveu-se, então, a sua página de mais intensa vibração cívica. As multidões em armas, pleiteando uma nova condição de existência, multidões saídas das áreas mais pobres da sociedade, e por isso mesmo tendo por bandeira a reinvidicação sócio-econômica, que foi a motivação fundamental de sua explosão, lutaram com uma coragem e uma violência difíceis de explicar numa sociedade até então serena, tranquila. Durante cinco anos, de 1835 a 1840, quando, para estabelecer a ordem e acalmar os espíritos, vencendo-lhes o desespero, o governo cedeu pela anistia que concedeu, por toda a Amazônia os grupos se chocaram. Era a Cabanagem. Os caudilhos da Independência foram substituídos por líderes populares, como os irmãos Vinagre e Angelin, um seringueiro que vinha ocupar os postos de Clemente Malcher e Batista Campos. E sem um momento de concessão, legais e rebeldes lutaram, praticando morticínios, pilhagens. Belém padeceu um comêço de incêndio ateado, no dia em que as forças da revolução, tendo de abandoná-la, ante o poderio oficial, bateram em retirada para as guerrilhas em que se firmaram numa tentativa extrema de tornar vencedora a causa que defendiam.

30 000 mortos e toda a lavoura e o criatório do Marajó e do Baixo Amazonas destruídos ou praticamente destruídos foram os resultados da guerra civil. Afinal, era a paz? Governantes e governados, cansados da luta, dar-se-iam as mãos? A pacificação, trazida por meio da anistia, foi aceita. E a região pôde entrar num novo ciclo de trabalho.

V - Até então, a Amazônia permanecera fechada aos olhos atrevidos, perscrutadores, ambiciosos, do estrangeiro. Portugal defendia o patrimônio territorial que criara, por todos os meios e modos. E nenhum lhe pareceu melhor que aquele da porta trancada. Trancada antes que o aventureiro ou o concorrente chegasse. Com a situação no-

va criada com a entrada do Brasil no concêrto universal, seria possível manter a mesma orientação?

No particular da navegação do Amazonas, foi êse o objetivo do governo imperial. Uma ofensiva perigosa, todavia, foi desencadeada contra ela, pelos Estados Unidos e, em menor escala, pela Inglaterra. Sustentava-se, contra a argumentação brasileira, que os interêsses da humanidade estavam acima dos títulos de soberania que invocamos. Um oficial da marinha norte-americana, o Tenente Maury, mobilizou a opinião pública de seu país. O "destino manifesto" do povo norte-americano levava-o não apenas à ampliação de sua base física, no deslocamento da fronteira em direção oeste, mas à criação de áreas que servissem, no exterior, aos seus interêsses, proporcionando-lhe aquêles elementos econômicos que lhe faltavam para sua ascensão e para a sua preponderância. Ademais, a humanidade precisava ser satisfeita nos seus anseios de bem-estar, que os povos capazes deviam assegurar-lhe. Ora, a Amazônia, visitada por oficiais ~~das marinhas~~ norte-americana e inglesa, surgia como o paraíso dos produtos tropicais, como mercado em potencial, como área por ocupar e dinamizar.

O Brasil manteve-se firme no seu propósito de não franquear o rio à navegação internacional. Travou uma batalha enérgica. O governo norte-americano, à pressão da opinião pública nacional, tentou forçar o Brasil a mudar de posição. Também a Inglaterra. Em vão. A navegação foi realizada por frotas brasileiras, a primeira das quais organizada pelo capital de Irineu Evangelista de Souza. E só quando, cessada a campanha no exterior, foi sentida, ante a pressão interior, a conveniência de abandonar o propósito, é que decretou a abertura do rio à navegação das bandeiras amigas, criando uma nova era à região.

Já, então, havia demonstrações francas de apetite sobre a Amazônia. A França disputava o Amapá. A Grã-Bretanha penetrara no Pirara. Cônsules estrangeiros propagandeavam a conveniência das populações amazônicas, desobrigaram-se de obediência ao Imperador para se transformarem em membros de uma nova pátria. Durante a Cabanagem, sugerira-se ao governante rebelde a secessão, sob a

garantia inglesa. Expedições científicas visitavam a hinterlândia não apenas a serviço da ciência, mas dos interêsses materiais de seus países. Jornalistas, viajantes indiscretos também a frequentavam, todos anunciando ou insistindo na tese de que ao Império faltavam condições para transformar a Amazônia num trecho útil à humanidade. Um governante imperial confessava que a Amazônia exigia, para sua valorização, um homem de gênio.

VI - O descobrimento do emprêgo da borracha apressou o processo de aproveitamento do extremo norte. A princípio foram caboclos paraenses e amazonenses, depois maranhenses, que exploraram os seringais. As levas de nordestinos, no entanto, é que asseguraram pressurosidade ao empreendimento. A fronteira econômica foi levada aos altos rios, onde se descobria hévea. Cerca de 100 000 nordestinos fizeram a Amazônia, nessa fase. Em consequência, as bacias do Xingu, do Tapajós, do Purus-Acre e do Juruá foram subidas e, às margens dêsses cursos fluviais, abertos os seringais nativos. O Acre constituiu uma resultante dêsse arrôjo pioneiro e dessa ofenssiva contra a floresta. Reconhecêramo-lo à Bolívia, pelo Tratado de 1867. Mas aquela nação não se apressara em descobri-lo e ocupá-lo. Foram, assim, os seringueiros nordestinos que dêle se empossaram, estabelecendo uma nova fronteira, que quase nos leva ao estado de guerra.

O monopólio da produção gomífera assegura ao Brasil amazônico a sua vitalização. Empresa admirável, em que só brasileiros tiveram a participação que revelava a bravura individual. A essa altura, com os recursos que o Norte, com a borracha, e o Sul, com o café, proporcionavam, a República começava um outro ciclo existencial. A dinamização do processo nacional fundava-se no binômio café-borracha.

VII - A produção dos sintéticos não é suficiente nem parece o sucedâneo para a matéria-prima vegetal, animal e material. A fome em torno a ela, por isso mesmo, continua a mesma. As estatísticas das Nações Unidas são eloquentes para confirmação do que afirmamos. Assim sendo, as regiões que as possuem e onde podem ser buscadas são regiões sobre as quais recai o interesse, porque não dizer bem, o apetite insofrido das nações que se afirmam pe

lo potencial econômico, ou melhor, pela potencialidade industrial.

A África, o Oriente e a América do Sul constituem as áreas preferenciais da produção tropical de matéria-prima. O Oriente, no entanto, reage à condição colonial sob que vivia. Na África, grande concorrente do Brasil, as manifestações nacionalistas estão perturbando os planos europeus de uma Euráfrica, que substituiria a Eurásia perdida. Embora os capitais investidos agigantam-se, Ingêleses, Belgas e Franceses planejam, como operações estatais ou de iniciativa privada, a utilização econômica do continente negro, na tentativa de controlá-lo. Negam-lhe a possibilidade de industrializar-se ou de realizar uma economia de base agrária. A depredação e a degradação da terra africana, começadas pelos grupos nativos, inconscientes do que faziam contra seus próprios interesses futuros, prosseguidas desnecessariamente pelo europeu conquistador, serve de alimento às teses negativistas da incapacidade do mundo tropical para a elaboração das grandes civilizações. Negam e depredam para que na África só se efetue a produção de matéria-prima, evitando-se a concorrência e a libertação dos povos de cor. A revolta que marca a hora na África é, todavia, uma resposta a meditar. Restará a América do Sul, cujas reservas são muito melhor sabidas pela ciência européia que propriamente pela ciência sul-americana, a brasileira, inclusive. E na América do Sul, preferentemente a Amazônia, onde os produtos tropicais, representados nas madeiras, nos minerais, nos oleaginosos, nas castanhas, nas resinas, nas fibras, nas plantas medicinais, taníferas, aromáticas e alimentares, são abundantes, e sem exploração orientada, ou técnica e financeiramente empreendida.

A exploração das matérias-primas na Amazônia tem sido a constante de sua existência em termos econômicos. Essa exploração conduzida, porém, sem as proporções de grandiosidade decorrente da atividade de exércitos de trabalhadores, como ocorria na Ásia e ainda ocorre na África. Isso porque a Amazônia é um espaço praticamente desabitado. Soma a sua população 3 500 000 habitantes, para 5 500 000 km² em números redondos, isto é, para 2/3 do Brasil. Área, portanto, inteiramente desguarnecida, aberta, escancarada, a solicitar a inteligência e a capaci-

dade de contingentes populacionais que a transformem, explorando-a e vitalizando-a.

É preciso considerar, em face da gravidade do quadro que estamos apontando, que há, no momento, pressões demográficas e pressões de fome que exigem a nossa atenção. O peso dessas pressões é incalculavelmente severo. O desenvolvimento demográfico do mundo vem assumindo proporções gigantescas. Em 1650, havia, no ecúmeno, 450 milhões de indivíduos; em 1850, 1 100 milhões; em 1900, 1 595 milhões; em 1940, 2 150 milhões. Segundo Landrey, a contribuição da Europa para êsse último algarismo é de 530 milhões; a da América, de 271 milhões; a da África, de 153 milhões; a da Oceânia, de 10 milhões. A Ásia traz, todavia, o grande algarismo - 1 185 milhões. Em 1956, segundo as estatísticas da O. N. U., êsse último algarismo subia para 1 480 milhões. Para a alimentação desses grupos asiáticos, que se concentram principalmente na China e na Índia, não tem havido o crescimento da produção no mesmo ritmo de crescimento da população. Em consequência, segundo os dados coletados pelo professor Marin Brugarella, jesuíta espanhol, no seu livro sobre "El drama de la poblacion", estão morrendo de fome no mundo, na atualidade, 30 a 40 milhões de pessoas. Os subalimentados, na Sul América, subiam a cerca de 2/3 de sua população, mas na Ásia elevam-se a 20% da população. O drama da fome é, assim, o drama de nossos dias. Como resolvê-lo? Quantos o vêm estudando, para as soluções a longo e a curto prazo, são unânimes na indicação de um só caminho - produção de mais gêneros alimentícios, uma vez que nas regiões mais afetadas os processos de contenção da natalidade não surtem efeito, principalmente por motivos religiosos. Mas onde produzir e onde colocar os excedentes daquelas populações que sentem o martírio da fome e não dispõem, em suas pátrias de origem, de um pedaço de terra onde construir o seu destino, o seu futuro? A Austrália e a América do Sul são as duas regiões apontadas para o recebimento desses excedentes e para a produção de alimentos. São, presentemente, os dois maiores espaços desabitados e de perspectivas mais amplas. Têm, os dois, soberanias a zelar pela sua existência. E aqui entra em cena a concepção que se desenvolve e já encontra eco no próprio Brasil de que, acima das fronteiras políticas nacionais, pairam os interesses da humanidade. Só isso? Não, numa literatura que circula e é

recebida sob aplausos, sustenta-se que a Amazônia é a área ideal para ser ocupada e transformada na fonte de produção de gêneros alimentícios, capazes de satisfazer a fome que atormenta a espécie humana. Entre os livros dessa literatura, queremos citar três: "A luta contra a fome", de Robert Brittan; "Terras-despovoadas e povos famintos", de S. Chandrasekhar; e "A grande fronteira", de Walter Prescott. O primeiro autor é um técnico em problemas de alimentação; o segundo, um dos mais eminentes nomes da ciência social, encarregado, entre 1948 e 1949, de dirigir o inquérito demográfico promovido pela UNESCO; o terceiro, famoso historiador norte-americano que sugere, como último capítulo da história da formação da fronteira de sua pátria, o que poderia criar na Amazônia pela inversão de capitais e a execução de um programa de conquista social, sanitária e técnica da imensa região tropical.

No ano de 1953, o governo federal dava início a um dos empreendimentos mais sérios, que poderia ser uma prova real da maturidade alcançada pelo Brasil - a valorização da Amazônia.

Fui o primeiro Superintendente, nomeado para montar o órgão criado para realizá-la.

Na base da experiência que alcancei, posso afirmar - não alcançamos a maturidade desejada. A política partidária, interferindo sem cessar, prejudica o andamento dos trabalhos. O Governo Federal e o dos Estados não pagam as contribuições a que estão obrigados por dispositivo constitucional.

O primeiro plano quinquenal, elaborado por uma comissão técnica, até a presente data não mereceu as honras de um segundo de atenção do Parlamento, que deve conhecê-lo e aprová-lo ou reformá-lo para sua execução.

O Brasil, ante os perigos a que está exposta a Amazônia, e aqui só muito sumariamente indicados, precisa formar uma consciência acerca dos problemas daqueles 2/3 do seu território.

IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA
DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**